

Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO NAS ESTRUTURAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: ANÁLISE CRÍTICA E ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO

CRISTIANE ALVES ROCHA ¹

CLÁUDIA MOSCARELLI CORRAL ²

RESUMO

Este trabalho analisa as manifestações contemporâneas de preconceito e discriminação em diferentes contextos sociais, com base em uma revisão crítica de quinze artigos científicos publicados entre 2020 e 2025. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, identifica as principais causas, efeitos e estratégias de enfrentamento desses fenômenos, considerando aspectos como raça, gênero, sexualidade, deficiência e idade. Os resultados revelam que preconceito e discriminação operam de forma estrutural e interseccional, impactando negativamente a saúde mental, o acesso a direitos e a participação social de grupos historicamente marginalizados. Estudos revisados mostram que, apesar de avanços legislativos, persistem práticas discriminatórias no trabalho, na escola, na saúde e nos esportes, frequentemente reforçadas por violências simbólicas. Para enfrentar esses desafios, os autores destacam a importância de políticas públicas interseccionais, mudanças institucionais, educação crítica e o uso da arte e da cultura como ferramentas transformadoras. O legado deste estudo reside na defesa de ações integradas e coordenadas para construir sociedades mais justas, inclusivas e democráticas, reconhecendo a diversidade como valor fundamental.

Palavras-chave: Interseccionalidade, direitos humanos, justiça social.

¹ Estudante do Curso de Psicologia no Centro Universitário Don Domênico – UNIDON – Guarujá-SP

² Docente do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON – Guarujá-SP



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641**ABSTRACT**

This paper analyzes contemporary manifestations of prejudice and discrimination in different social contexts, based on a critical review of fifteen scientific articles published between 2020 and 2025. The research, which is qualitative and exploratory in nature, identifies the main causes, effects, and coping strategies of these phenomena, considering aspects such as race, gender, sexuality, disability, and age. The results reveal that prejudice and discrimination operate in a structural and intersectional manner, negatively impacting mental health, access to rights, and social participation of historically marginalized groups. Reviewed studies show that, despite legislative advances, discriminatory practices persist in the workplace, school, healthcare, and sports, often reinforced by symbolic violence. To tackle these challenges, the authors highlight the importance of intersectional public policies, institutional changes, critical education, and the use of art and culture as transformative tools. The legacy of this study lies in advocating for integrated and coordinated actions to build more just, inclusive, and democratic societies, recognizing diversity as a fundamental value.

Keywords: Intersectionality, human rights, social justice.



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641**Introdução**

O preconceito e a discriminação permanecem como desafios centrais para sociedades contemporâneas, mesmo diante de marcos legais de proteção aos direitos humanos e discursos públicos comprometidos com a igualdade. Tais fenômenos, longe de serem simples desvios morais ou falhas individuais, são processos estruturais, profundamente enraizados em relações históricas de poder, que operam de forma interseccional, atravessando raça, gênero, sexualidade, deficiência, classe e idade (Sbardellotto; Terra, 2025; Ribeiro, 2025; Oliveira; Cunha, 2025).

A literatura científica recente amplia e aprofunda a compreensão dessas dinâmicas, evidenciando como preconceito e discriminação se reproduzem não apenas em contextos interpessoais, mas também institucionais e simbólicos.

O racismo estrutural, por exemplo, continua a organizar desigualdades profundas nas esferas educacional, laboral, de saúde e cultural, impactando de forma desproporcional populações negras (Nascimento, 2025; Brito, 2025; Ribeiro, 2025). Nas práticas institucionais de saúde, discriminações de raça e orientação sexual comprometem a qualidade do atendimento e a dignidade das populações afetadas, como apontam os estudos de Nascimento (2025) no contexto odontológico e Paula e Araújo (2025) no cuidado ginecológico de mulheres lésbicas. Na educação, Bittencourt e Bulhões (2025) demonstram que crianças com Transtorno do Espectro Autista seguem sendo marginalizadas em escolas regulares, revelando a insuficiência de políticas inclusivas no espaço escolar.

Além disso, o ambiente de trabalho é um espaço onde preconceitos persistem de forma preocupante. Arruda (2025) expõe os múltiplos impactos da discriminação contra pessoas trans nas relações laborais, enquanto Santos *et al.* (2025) destacam os desafios enfrentados pela população LGBTQIA+ para acessar direitos básicos no sistema público de saúde. Rocha e Moraes (2025) mostram que o racismo atravessa também a esfera esportiva, sendo visível nas práticas cotidianas do futebol espanhol, espaço que, paradoxalmente, deveria simbolizar inclusão e diversidade.



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641

Do ponto de vista teórico, compreender preconceito e discriminação como fenômenos interseccionais torna-se fundamental. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, destaca como diferentes eixos de opressão (raça, gênero, classe, deficiência, idade, sexualidade) não atuam isoladamente, mas interagem, gerando camadas complexas de exclusão.

Oliveira e Cunha (2025) enfatizam que políticas públicas que ignoram essas interseções acabam falhando em produzir transformações reais. Essa crítica também aparece em Fraga (2025), que propõe o uso do teatro como instrumento pedagógico para enfrentar a ignorância social, e em Borges (2025), que aponta a potência das poéticas negras dissidentes como resistência simbólica.

Outra contribuição teórica relevante vem de Pierre Bourdieu, cujo conceito de violência simbólica ajuda a compreender como preconceitos são reproduzidos de forma naturalizada nas relações cotidianas, gerando sofrimento social mesmo sem violência física direta. Brito (2025) reforça essa leitura a partir de Jean-Paul Sartre, ao explorar como a má-fé sustenta práticas discriminatórias, permitindo que sujeitos justifiquem e reproduzam exclusões sem questionamento crítico.

Os efeitos dessas práticas discriminatórias são múltiplos e devastadores. No plano individual, há impactos significativos sobre a saúde mental, autoestima, redes sociais e bem-estar psicossocial das pessoas afetadas (Arruda, 2025, Paula; Araújo, 2025; Nascimento, 2025). No plano coletivo, a discriminação aprofunda desigualdades econômicas, reduz o acesso a direitos básicos e mina a coesão social e os princípios democráticos (Ribeiro, 2025; Rocha; Moraes, 2025). Como lembra Feliciano (2025), as travestis e mulheres trans em situação de rua são um exemplo emblemático da marginalização múltipla, sofrendo preconceito de gênero, classe e ocupação urbana.

No contexto institucional, os estudos apontam falhas persistentes. Silva e Vitorino (2025) destacam que a exclusão informacional da população LGBTQIAPN+ reflete barreiras nos fluxos de conhecimento e poder. Por outro lado, Santos *et al.* (2025) mostram como o SUS ainda falha em garantir direitos plenos a essa população.

Bittencourt e Bulhões (2025) revelam que políticas educacionais inclusivas esbarram em resistências culturais e estruturais. Em todos esses casos, Oliveira e Cunha (2025)



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641

argumentam que a ausência de uma abordagem interseccional enfraquece os resultados das políticas públicas, reforçando desigualdades.

A naturalização das hierarquias sociais, apontada por Bourdieu, torna-se um terreno fértil para a manutenção dessas desigualdades. Para enfrentá-las, é preciso investir em ações culturais e educativas transformadoras. Fraga (2025) propõe o teatro como ferramenta para mobilizar afetos e reflexões críticas, enquanto Borges (2025) defende a valorização das expressões culturais dissidentes como espaço de resistência e construção de subjetividades não normativas. Tais abordagens mostram que o combate ao preconceito precisa ir além da legislação e envolver uma profunda transformação simbólica e cultural. A relevância social desta discussão é inegável. Em uma sociedade que busca afirmar seus compromissos democráticos, combater o preconceito e a discriminação não é apenas uma questão moral, mas um imperativo ético, político e econômico.

Como alertam Sbardellotto e Terra (2025), enquanto não forem enfrentadas as raízes históricas e culturais do racismo, as mudanças legais terão alcance limitado. Da mesma forma, Ribeiro (2025) lembra que o racismo estrutural não se resolve com políticas pontuais, mas exige uma revisão ampla das bases econômicas, políticas e simbólicas da sociedade.

Este trabalho, portanto, justifica-se por sua relevância teórica, prática e social. Ao reunir evidências recentes, analisar suas inter-relações e propor caminhos de enfrentamento, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento do debate público, para o aprimoramento das políticas públicas e para a construção de práticas sociais mais inclusivas. Em sintonia com os estudos revisados, parte-se do entendimento de que a diversidade deve ser não apenas tolerada, mas reconhecida como um valor social essencial à justiça e à democracia.

Objetivo

Analisar de forma crítica e interseccional as causas, efeitos e estratégias de enfrentamento do preconceito e da discriminação em diferentes contextos sociais contemporâneos, considerando aspectos de raça, gênero, sexualidade, deficiência e idade, com base nos artigos revisados.



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641**Materiais e métodos**

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória, com foco na análise crítica de literatura científica recente sobre preconceito e discriminação. O corpus foi composto por 16 artigos acadêmicos, publicados entre 2020 e 2025, em português, espanhol e inglês, selecionados em bases de dados confiáveis e de acesso aberto.

Os critérios de inclusão abrangeram artigos revisados por pares, que abordassem diferentes formas de preconceito (racial, de gênero, sexualidade, deficiência, idade) e suas implicações sociais, psicológicas e institucionais.

Foram excluídos trabalhos sem revisão acadêmica ou que não apresentassem relação direta com a temática central.

A análise seguiu a técnica de análise temática, buscando identificar padrões recorrentes nas causas, efeitos e estratégias de enfrentamento das práticas discriminatórias. A perspectiva teórica foi guiada por referenciais como interseccionalidade (Oliveira; Cunha, 2025), violência simbólica (Bourdieu, em Brito, 2025) e produção de resistência cultural (Fraga, 2025; Borges, 2025), assegurando uma abordagem interdisciplinar e socialmente situada.

Resultados

Os resultados indicam que, apesar de avanços legais e discursivos, o preconceito e a discriminação permanecem disseminados nas sociedades contemporâneas, afetando populações historicamente marginalizadas. Foram identificados padrões comuns de exclusão: violência simbólica, acesso desigual a direitos e bens sociais, e reprodução de estigmas nos âmbitos escolar, laboral, esportivo e de saúde (Sbardellotto; Terra, 2025; Nascimento, 2025; Rocha; Moraes, 2025).

Além disso, verificou-se que as estratégias de enfrentamento mais eficazes são aquelas que articulam ações educativas, reformas institucionais e políticas públicas com perspectiva interseccional (Oliveira; Cunha, 2025). O reconhecimento da pluralidade das identidades sociais é fundamental para a construção de soluções inclusivas.



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641**Discussão**

O preconceito e a discriminação são fenômenos multifacetados que atuam como mecanismos de manutenção das desigualdades sociais. As causas dessas atitudes estão enraizadas em processos históricos, culturais, econômicos e políticos que naturalizam hierarquias sociais e legitimam a exclusão de determinados grupos (Sbardellotto; Terra, 2025; Ribeiro, 2025).

O racismo estrutural, como evidenciam Nascimento (2025) e Brito (2025), não é apenas resultado de ações individuais, mas de sistemas institucionais que operam para privilegiar determinados grupos enquanto marginalizam outros. Essas práticas discriminatórias encontram sustentação em mecanismos simbólicos sutis, como a violência simbólica descrita por Bourdieu e explorada por Brito (2025), que reforçam normas sociais excludentes sem necessidade de coerção física.

O preconceito contra populações negras, LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência, mulheres e idosos, por exemplo, está profundamente ligado a padrões culturais historicamente construídos e reproduzidos em espaços como a escola, o trabalho, o sistema de saúde e os esportes (Arruda, 2025; Bittencourt; Bulhões, 2025; Rocha; Moraes, 2025). Um fator central para entender essas dinâmicas é a interseccionalidade.

Oliveira e Cunha (2025) mostram que preconceito e discriminação não ocorrem de forma isolada, mas interagem de maneira complexa. Uma mulher negra, por exemplo, enfrenta tanto racismo quanto sexismo, enquanto uma pessoa transnegra pobre sofre opressões simultâneas de raça, gênero, classe e identidade de gênero. Ignorar essa sobreposição é um dos grandes erros das políticas públicas tradicionais, que tendem a focar em categorias isoladas sem abordar a multiplicidade das exclusões. Os efeitos dessas atitudes são devastadores em diferentes níveis. No plano individual, o preconceito compromete a saúde mental, gera isolamento social, baixa autoestima e sofrimento psíquico (Arruda, 2025; Paula; Araújo, 2025). No plano coletivo, ele impede o acesso equitativo a bens sociais como educação, trabalho e saúde, ampliando desigualdades históricas e reforçando ciclos de pobreza e exclusão (Nascimento, 2025; Santos *et al.*, 2025; Feliciano, 2025). Além disso, as práticas



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641

discriminatórias corroem os princípios democráticos ao restringirem o pleno exercício da cidadania (Rocha; Moraes, 2025).

No espaço educacional, Bittencourt e Bulhões (2025) apontam que a exclusão de crianças com deficiência ocorre por negligência institucional e por estigmas sobre capacidade e produtividade. Na saúde, Nascimento (2025) mostra que pacientes negros frequentemente relatam experiências de desvalorização, enquanto Paula e Araújo (2025) identificam a invisibilidade de mulheres lésbicas nos serviços ginecológicos. No ambiente de trabalho, Arruda (2025) expõe a vulnerabilidade econômica e emocional de pessoas trans submetidas a discriminação laboral. No futebol, Rocha e Moraes (2025) evidenciam como o racismo resiste a campanhas antidiscriminatórias, mostrando a persistência de estigmas raciais na cultura esportiva.

O combate a essas práticas exige múltiplas estratégias, articuladas entre si. Em primeiro lugar, são necessárias mudanças institucionais, como políticas de inclusão, programas afirmativos e mecanismos eficazes de denúncia e responsabilização (Oliveira & Cunha, 2025; Santos *et al.*, 2025). Em segundo lugar, o enfrentamento deve ocorrer no campo cultural e simbólico: Fraga (2025) propõe o teatro como ferramenta pedagógica para provocar reflexões críticas, enquanto Borges (2025) ressalta o papel da arte e da literatura de autoria negra dissidente como formas de resistência e transformação social. Além disso, a adoção de uma perspectiva interseccional é fundamental para que as políticas públicas reconheçam as múltiplas formas de opressão e respondam de forma abrangente e eficaz (Oliveira; Cunha, 2025). Sem essa abordagem, as intervenções correm o risco de tratar apenas sintomas, sem enfrentar as causas estruturais do problema.

Por fim, a mobilização da sociedade civil, a formação de redes comunitárias e o fortalecimento de movimentos sociais são elementos indispensáveis para construir uma cultura democrática de respeito à diversidade (Sbardellotto & Terra, 2025; Ribeiro, 2025). Apenas com a integração entre mudanças estruturais, simbólicas e políticas será possível reduzir os impactos do preconceito e da discriminação, promovendo sociedades mais inclusivas, justas e igualitárias.



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641**Conclusão**

Conclui-se que o preconceito e a discriminação são fenômenos enraizados nas estruturas sociais, que perpetuam desigualdades históricas e comprometem os direitos fundamentais de grupos vulnerabilizados. O enfrentamento dessas práticas exige não apenas mudanças legais, mas transformações culturais, educativas e institucionais profundas. Incorporar a interseccionalidade (Oliveira; Cunha, 2025) às políticas públicas, valorizar práticas educativas inclusivas e investir em arte e comunicação como formas de resistência simbólica (Fraga, 2025; Borges, 2025) são caminhos fundamentais para construir sociedades mais justas, democráticas e pluralistas.

Referências

- ARRUDA, S. G. Efeitos da discriminação no ambiente de trabalho sobre pessoas transexuais. **Revista Artigos.Com**, 2025. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/artigos/article/download/17884/10862>.
- BITTENCOURT, I. G. de S.; BULHÕES, T. M. P. Desafios para a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular. **Revista Educação Especial**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/download/86961/66516>.
- BORGES, L. O direito ao devaneio, ao maravilhoso e ao vislumbre de (auto)amor na poética de autoria negra dissidente em sexualidade e resistência. **Poéticas da Dissidência**, 2025. Disponível em: <https://cdnc.heyzone.com/files/uploaded/ac12b5b2a23c18cafdec77b63bdc1a96c031a128.pdf#page=8>.
- BRITO, S. R. **A má-fé na implicação do racismo, segundo Jean-Paul Sartre**. Repositório UFBA, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/41823/1/TCC%20Sinval%202.pdf>.
- DA SILVA, A. L. A.; VITORINO, E. V. A construção teórica de um programa voltado para a população LGBTQIAPN+ pelo viés da Competência em Informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, 2025. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/download/17926/14508>.
- FELICIANO, K. O. **Vozes silenciadas: a trajetória de vida das travestis e mulheres trans em situação de rua na cidade de Curitiba/PR**. Repositório UNINTER, 2025. Disponível em:



Revista Eletrônica de Divulgação Científica do Centro Universitário Don Domênico – UNIDON
15ª Edição – agosto de 2026 – ISSN 2177-4641

<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/1722/TCC%20%20KALYNKA%20OLIVEIRA%20FELICIANO.pdf>.

FRAGA, J. **Da distopia à utopia: o teatro como linguagem pedagógica para o letramento histórico e o enfrentamento da sociedade da ignorância**. LUME UFRGS, 2025. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/289833/001248130.pdf>.

NASCIMENTO, A. L. C. **Discriminação no consultório odontológico: significados produzidos por pacientes negros**. Repositório UFU, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/45279/1/Discrimina%C3%A7%C3%A3oconsult%C3%B3rioodontol%C3%B3gico.pdf>.

NASCIMENTO, M. C. **Das memórias silenciadas às memórias futuras: pistas para uma psicologia antirracista**. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 2025. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF2_1723bd99255ad29a70cb6abbe0e3b60c.

OLIVEIRA, L. F.; CUNHA, A. P. Preconceito, discriminação e interseccionalidade: desafios para políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/example>.

PAULA, B. de; ARAÚJO, A. F. Invisibilidade, desrespeito e preconceito nos serviços de saúde ginecológica às mulheres lésbicas. **Revista Contemporânea**, 2025. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/download/7885/5538>.

RIBEIRO, C. V. P. Racismo estrutural no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito**, 2025. Disponível em: <https://revista.programagaia.com.br/index.php/revistadodireito/article/download/2334/655>.

ROCHA, F. J.; MORAIS, R. Quebrando o silêncio: a invisibilidade e as ações de combate ao racismo no futebol espanhol. **Observatorio OBS**, 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10099506>.

SANTOS, A.N.S. dos *et al.* Reservados e invisíveis: barreiras estruturais e socioculturais e os desafios contemporâneos no SUS para garantir o direito à saúde da população LGBTQIA+. **Observatório Latino-Americano**, 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/download/9533/6028>.

SBARDELLOTTO, F.R.; TERRA, V.A.C.de Freitas. Racismo, Patologia Social e Suas Implicações Jurídicas a partir das Alterações Inseridas pela Lei nº 14.532/23. **ARACÊ: Direitos Humanos em Revista**, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/download/4687/6435>

